



PREVIDÊNCIA

CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2019.

Cenário econômico
 O ano de 2019 apresentou melhorias no ambiente econômico, sem, contudo, apresentar um ambiente político livre das incertezas aos quais estamos vivendo nos últimos anos. De qualquer sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado oportunidades de crescimento contínuas.

A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade
 A Entidade apresentou no exercício de 2019 um superávit de R\$ 2.695 mil, resultado impactado pela redução da estrutura administrativa e do excelente resultado financeiro.

A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária
 Não houve, no exercício de 2019, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.

O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos
 A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira
 As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em

dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras
 A Entidade continuará a emendar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos
 Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.
 Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020.
 A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2019	2018		2019	2018
Ativo			Passivo e patrimônio social		
Circulante	23.281	21.305	Circulante	12.567	16.602
Disponível	2.746	115	Contas a pagar	3.980	3.575
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.908	115	Obrigações a pagar (Nota 10)	3.951	3.541
Aplicações (Nota 6)			Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11)	26	31
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.636	2.070	Impostos e contribuições (Nota 12)	3	3
Valores a receber	1.614	2.048	Débitos de operações com previdência complementar (Nota 13)	10	41
Operações com repasses	22	22	Outros débitos operacionais	10	41
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	954	1.817	Depósitos de terceiros (Nota 14)	693	1.684
Títulos e créditos a receber	530	958	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	7.884	11.302
Outros créditos	424	859	Planos bloqueados	3.168	5.726
Outros valores e bens (Nota 8)	37	23	Planos não bloqueados	4.716	5.576
Bens à venda	37	23	Não circulante	7.466	6.280
Não circulante	19.331	21.461	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	5.975	4.967
Realizável a longo prazo	19.331	21.461	Planos bloqueados	5.778	4.611
Aplicações (Nota 6)	7	7	Planos não bloqueados	197	356
Títulos e créditos a receber	19.324	21.454	Outros débitos	1.491	1.313
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	15.631	16.646	Provisões judiciais (Nota 17)	1.491	1.313
Depósitos judiciais (Nota 7)	3.693	4.808	Patrimônio social	22.579	19.884
			Reserva patrimonial (Nota 18)	3.204	3.204
			Reservas de retenção de superávit (Nota 18)	19.375	16.680
Total do ativo	42.612	42.766	Total do passivo e do patrimônio social	42.612	42.766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social - Em milhares reais

	Reserva patrimonial	Reservas de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	3.204	17.615	1.597		22.416
Déficit do exercício				(2.532)	(2.532)
Reversão de reserva de contingências			(60)	60	
Reversão de reserva de superávit		(2.472)		2.472	
Em 31 de dezembro de 2018	3.204	15.143	1.537		19.884
Superávit do exercício				2.695	2.695
Destinação do superávit		2.447	248	(2.695)	
Em 31 de dezembro de 2019	3.204	17.590	1.785		22.579

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 - Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 21 de fevereiro de 2020.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação
 A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequação conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por

exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (irmovéis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, circulantes ou não cir-

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2019	2018
Variações de outras provisões técnicas	(5)	(146)
Benefícios retidos	(339)	(1.999)
Contribuições para cobertura de riscos (Nota 20)	8.807	8.488
Variação das provisões técnicas de prêmios	(595)	(433)
Prêmio ganho (Nota 20)	8.212	8.055
Sinistros ocorridos	(2.366)	(1.862)
Custo de aquisição (Nota 19)	(47)	(92)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 19)	(1.151)	(640)
Despesas administrativas (Nota 19)	(5.431)	(6.078)
Despesas com tributos (Nota 19)	(193)	(178)
Resultado financeiro (Nota 19)	4.030	408
Resultado operacional	2.170	(2.532)
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 19)	(15)	-
Superávit (déficit) do exercício	2.695	(2.532)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2019	2018
Superávit (déficit) do exercício	2.695	(2.532)
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.695	(2.532)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2019	2018
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	2.695	(2.532)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(628)	896
Créditos das operações com previdência complementar	434	(457)
Depósitos judiciais e fiscais	1.115	45
Outros ativos	1.864	1.795
Impostos e contribuições operacionais a pagar	(5)	6
Outras contas a pagar	410	(811)
Débito das operações com previdência complementar	(31)	(7)
Depósito de terceiros	(991)	(591)
Provisões técnicas - previdência complementar	(2.410)	1.645
Provisões judiciais	178	(25)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	2.631	(36)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.631	(36)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	115	151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.746	115
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.631	(36)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

culantes, são revistos anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contratos de previdência (seguros)

A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência

Provisões relacionadas à atividade de previdência
 As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:

Tábua de Mortalidade BR-EMS 2015, segregada por sexo; Índice de mortalidade do Plano; e Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;

Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculadas a processos judiciais);

Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:

Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e Atualização monetária vinculada.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;

Data de início e término de vigência do risco; e Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;

Juros de Mora;

Atualização Monetária; e Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;

Juros Remuneratórios do Plano;

Atualização Monetária;

Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e

Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Resgates (quando aplicável);

Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);

Outros valores a regularizar; e

Atualização monetária.

Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.

O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2019 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.

» CONTINUAÇÃO

encontram-se a IFRS 9, IFRS 16 e IFRS 17.

Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

IFRS 16 (CPC 6 (R2)) - Substitui as orientações existentes no CPC 6 (R1) e introduz novas formas de contabilizar as operações de arrendamento mercantil.

IFRS 17 (CPC 50) - Substituirá a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de seguro, riscos financeiros e risco de solvência. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.

Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que adverte de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto; Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos.

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2019	2018
Pecúlio	(169)	(182)
Pensão	(8)	(5)
Total	(177)	(187)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2019	2018
Aposentadoria	(59)	(60)
Pensão	(820)	(823)
Total	(879)	(883)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição

bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

UF	Contribuição bruta	
	2019	2018
AC	80	82
AL	85	97
AM	364	340
AP	122	147
BA	281	290
CE	309	308
DF	337	331
ES	91	77
GO	144	126
MA	143	151
MG	304	278
MS	311	266
MT	133	116
PA	520	539
PB	197	219
PE	410	433
PI	80	83
PJ	252	214
PR	2.363	2.259
RN	215	238
RO	131	133
RR	161	178
RS	974	873
SC	246	209
SE	82	89
SP	463	402
TO	9	10
	<u>8.807</u>	<u>8.488</u>

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do *Stress Test* do Sistema *Sophis*: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do *Stress Test* utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do *Value At Risk* (VAR) e *Stress* das carteiras da Previdência, a equipe de Risco dedicada do Itaú Asset estabelece cenários internos próprios para determinados fatores de risco. Percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01397% com base em consumo limite de 5,59% PL diário de VAR e Stress PL diário de -0,59% com consumo limite de -26,63% Stress. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Previdência na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema *Sophis* como o mais adequado.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descausamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte. A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2019:

	2019	2018
Patrimônio social (I)	22.579	19.884
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	3.048	7.639
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	389	310
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos (II)	3.437	7.949
Patrimônio líquido ajustado (PLA) (I + II)	26.016	27.833
Capital base (I)	0	0
Capital adicional de risco de subscrição	1.981	2.886
Capital adicional de risco de crédito	2.992	3.345
Capital adicional de risco operacional	22	24
Capital adicional de risco de mercado	5.327	10.750
Benefício da diversificação	(2.526)	(3.631)
Total de capital de risco (II)	7.796	13.374
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre I e II)	7.796	13.374
Suficiência de capital (PLA-CMR)	18.220	14.459
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Suficiência de ativos líquidos (I) (Nota 15(b))	4.277	2.052
Capital de risco (CR)	7.796	13.374
Capital de risco desconsiderando operações não registradas (CR)	4.748	5.735
Liquidez mínima requerida em relação aos 20% do CR (II)	950	1.147
Suficiência de ativos líquidos (I – II)	3.327	905

	2019	2018
5 Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Caixa	2	3
Depósitos bancários à vista	480	110
Equivalente de caixa (I)	2.264	2
	<u>2.746</u>	<u>115</u>

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Soberano, com carteira composta exclusivamente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2019		2018	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
FI Fator Extra				
Multimercado	-	-	7	7
ITAU SOBERANO	7	7		
ITAU RESTEC TP RF	16.825	16.825	16.339	16.339
Total das quotas				
de fundos	16.832	16.832	16.346	16.346
Total de aplicações	16.832	16.832	16.346	16.346
Curto prazo	16.825	16.825	16.339	16.339
Longo prazo (*)	7	7	7	7
Total de aplicações	16.832	16.832	16.346	16.346

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(*) Em 31 de dezembro de 2019, inclui aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, no montante de R\$ 7 (2018 - R\$ 7).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2019		2018	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
FIDC Angá Sabemi				
Consignados VII (*)	1.083	1.083	941	941
Total de títulos disponíveis para venda	1.083	1.083	941	941

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo refere-se a 686 (2018 - 686) cotas emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios- FIDC Angá Sabemi Consignados VII.

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2019		2018	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Vencimento acima de 365 dias	1.083	1.083	941	941
	<u>17.915</u>	<u>17.287</u>		

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2019		2018	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos Mensurados ao Valor Justo				
Títulos para Negociação				
Cotas de Fundos de Renda Fixa		16.832		16.346
Cotas de FIDC		1.083		941
Total		17.915		17.287
Circulante		17.908		17.280
Não circulante		7		7
Total		17.915		17.287

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

As aplicações são compostas de 94% de Cotas de fundos investimentos (2018 - 95%) e 6% de Cotas de FIDC (2018 - 5%)

(e) Movimentação das aplicações

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	17.287	18.183		
Aplicações	3.956	7.392		
Resgates	(4.501)	(9.642)		
Rendimentos	1.173	1.354		
Saldo final	17.915	17.287		
Circulante	17.908	17.280		
Não Circulante	7	7		

(f) Créditos das operações com previdência complementar

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Contribuições a receber (i)	1.614	2.048		
Operações com repasses (ii)	22	22		
	1.636	2.070		
(i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes.				
(ii) Refere-se a valores a receber de transferência de carteira. (Nota 10)				

Movimentação de contribuições a receber

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	2.048	1.590		
(+) Contribuições Emitidas	11.840	11.219		
(-) Contribuições canceladas	(3.032)	(2.732)		
(-) Recebimentos	(9.242)	(8.029)		
Saldo final	1.614	2.048		

Composição por idade

As composições de créditos de operações de previdência (contribuições a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2019			2018		
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 361 dias	Total	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 361 dias	Total
Contribuições a receber	919	695	1.614	1.024	1.024	2.048
Provisão para riscos sobre crédito	-	-	-	-	-	-
Total	919	695	1.614	1.024	1.024	2.048

(g) Títulos e créditos a receber

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

>>CONTINUAÇÃO

a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e entidades de previdência privada. Os principais aspectos considerados pela adoção da Circular pela Entidade são:
 A metodologia de cálculo do IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Considerando que a entidade adota o procedimento de reavaliação constante e individual em seus processos de benefício, poderá ser constituída provisão para garantir flutuações de valores que possam existir nos processos judiciais.
 Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída mensalmente com base na formulação abaixo, tendo por objetivo dar cobertura às indenizações futuras dos planos estruturados nos regimes de Repartição Simples e Repartição de Capitais de Cobertura, abrangendo tanto os riscos assumidos e emitidos quanto os riscos vigentes e não emitidos de capitais de cobertura.

$$PPNG = \frac{\text{Período de Vigência a Decorrer}}{\text{Período Vigência do Risco}} \times \text{Base de Cálculo}^*$$

	31/12/2018	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2019
Prêmios Não Ganhos - PPNG	2.048	265	(698)	-	1.615
Benefícios Concedidos - PMBC	3.772	216	(632)	468	3.824
Sinistros a Liquidar - PSL	6.667	2.806	(5.275)	570	3.628
Resgates e outros a regularizar - PVR	652	90	(138)	130	734
IBNR	852	825	(833)	-	844
IBNER	-	528	(420)	-	108
Complementar de Cobertura - PCC	1.528	2.601	(1.652)	-	2.477
Despesas Relacionadas - PDR	750	126	(347)	100	629
Total	16.269	7.457	(9.995)	128	13.859
Circulante	11.302				7.884
Não circulante	4.967				5.975

	31/12/2017	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2018
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.590	478	(20)	-	2.048
PPNG-RVNE	26	9	(35)	-	-
Benefícios Concedidos - PMBC	4.067	498	(920)	127	3.772
Sinistros a Liquidar - PSL	5.369	4.007	(5.033)	2.324	6.667
Resgates e outros a regularizar - PVR	611	30	(113)	124	652
IBNR	817	349	(314)	-	852
Complementar de Cobertura - PCC	1.509	463	(444)	-	1.528
Despesas Relacionadas - PDR	635	487	(500)	128	750
Total	14.624	6.321	(7.379)	2.703	16.269

(b) Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

	2019	2018
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	13.859	16.269
Dedução por depósitos judiciais	(1.311)	(1.982)
Total a ser coberto	12.548	14.287
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	16.825	16.339
Ativos oferecidos em cobertura	16.825	16.339
Suficiência de cobertura	4.277	2.052

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Provisões para benefícios no fim do exercício Valor Acumulado dos pagamentos até	852	578	647	911	1.068	1.268	1.045	1.393	1.208
Um ano	197	171	160	331	419	500	445	530	
Dois anos	210	182	251	379	503	570	664		
Três anos	221	245	283	409	519	695			
Quatro anos	284	267	304	411	639				
Cinco anos	305	279	305	525					
Seis anos	317	279	412						
Sete anos	317	386							
Oito anos	423								

Provisão Reestimada	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Um ano	218	218	342	464	73	138	211	442	
Dois anos	214	297	394	27	33	171	105		
Três anos	293	344	10	29	104	86			
Quatro anos	328	5	16	100	24				
Cinco anos	4	15	76	17					
Seis anos	13	71	2						
Sete anos	70	1							
Oito anos	1								

Benefícios judiciais:	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Provisões para benefícios no fim do exercício Valor Acumulado dos pagamentos até	695	2.020	3.677	4.321	4.266	4.554	4.324	5.324	2.420
Um ano	74	486	864	955	436	692	2.903	2.516	
Dois anos	374	1.239	1.792	1.385	1.118	692	4.858		
Três anos	1.000	2.112	2.220	2.043	2.510	2.766			
Quatro anos	1.562	2.537	2.876	3.433	4.402				
Cinco anos	1.813	3.176	4.264	5.323					
Seis anos	2.206	4.292	6.105						
Sete anos	2.551	6.095							
Oito anos	3.412								

Provisão Reestimada	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Um ano	1.840	3.457	4.277	4.235	4.536	3.515	4.288	2.414	
Dois anos	2.852	4.141	4.187	4.507	3.478	4.262	2.307		
Três anos	3.584	4.091	4.445	3.426	4.220	2.272			
Quatro anos	3.411	4.339	3.362	4.079	2.118				
Cinco anos	3.487	3.200	4.013	1.961					
Seis anos	2.471	3.872	1.954						
Sete anos	2.865	1.835							
Oito anos	1.532								

(d) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Em consonância com o CPC11 e normativos SUSEP, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da Sabemi Previdência Privada, conforme a Circular SUSEP nº517/15 e alterações posteriores, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31 de dezembro de 2019. Com vistas a cumprir com as determinações legais, o TAP também foi realizado para a data base de 31 de dezembro de 2018.

O resultado do TAP, avaliado a valor presente em cada data-base, tem como objetivo verificar a necessidade ou não de proceder-se na constituição de garantias financeiras complementares às provisões já constituídas pela Entidade, visando assegurar de forma plena os riscos a decorrer com as operações e/ou contratos de previdência vigentes, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com a estrutura atuarial dos planos e as fases em que se encontram.

Premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Morte, versão 2015, masculina e feminina.
 Taxa de juros e índice de preços esperados: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado por meio de seu site, cuja aplicação foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos (TR ou IGP-M), exceto nos casos com decisão judicial que definem outro índice de preços (TR, IGP-M, IPCA ou Valor Nominal), ou em consonância com o índice de atualização da despesa administrativa (IPCA ou IGP-M).
 Taxa de juros contratada: A tábua de mortalidade do plano comercializado pela Entidade utiliza 6% de juros a.a.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2019:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.615	531	(1.083)
Total	1.615	531	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)
Previdência	(41.799)
Total	(41.799)

PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	MBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	523	878	355
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.286	5.400	2.114
Renda	Morte	TR + 6%-	Renda Certa	-	15	23	8
Total					3.824	6.301	2.477

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	0	0
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	0	0
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PMBC BD	0	0
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	0	0
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	2.477	2.477
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	0	0

Para 31 de dezembro de 2019 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso - Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC - Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 2.477, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria - RC	355
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão - RCC	2.122

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2018:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	2.048	1.339	(709)
Total	2.048	1.339	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)
Previdência	(64.679)
Total	(64.679)

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	MBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	579	1.046	467
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.105	4.175	1.070
Renda	Morte	TR + 6%-	Renda Certa	-	88	79	(9)
Total					3.772	5.300	1.528

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	0	0
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	0	0
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PMBC BD	0	0
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	0	0
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	1.528	1.528
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	0	0

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2015, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de *Improvement*, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionados a benefícios

Segundo informações prestadas pelo setor técnico atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica é o seguinte: para os planos da Entidade são aplicados os percentuais de 100% para as causas prováveis, 50% para as possíveis e 50% para as remotas; para os planos contratados junto ao Pecúlio União Previdência Privada, são aplicados os percentuais de 100% para as causas prováveis, de 55% para as causas possíveis e 33% para as remotas. Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão complementar de cobertura.

	2019	2018
Valor reclamado	Valor	Valor
Remota	6	2
Possível	34	18
Provável	10.689	10.689
	10.729	10.709
Número de casos	Número de casos	Número de casos
Remota	73	2
Possível	8	11
Provável	160	104
	241	188
Provisionado	Provisionado	Provisionado
	1.449	479
	39	21
	11.590	11.590
	13.078	12.090

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

	2019	2018
Saldo do início do período	12.090	11.213
Total pago no período	(3.239)	(3.917)
Novas constituições no período	338	494
Baixa da provisão por êxito	(154)	(6)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	2.162	1.870
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(488)	2.436
Saldo final do período	10.709	12.090
Quantidade de ações pagas no período	37	68
Quantidade de ações novas no período	36	6

16 Partes relacionadas</

» CONTINUAÇÃO

17 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2019		2018	
	Valor do risco	Número de casos	Valor Provisionado	Número de casos
Remota	625	247	1.000	490
Possível	5.366	589	7.576	786
Provável	1.491	124	1.313	110
	<u>7.482</u>	<u>960</u>	<u>9.899</u>	<u>1.386</u>

Em 31 de dezembro de 2019, do total de 960 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 936 (2018 - 1.368) dizem respeito a causas cíveis, 14 (2018 - 13) a causas trabalhistas e 10 tributárias (2018 - 5).

Adicionalmente, em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Da mesma forma, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência da Pecúlio União Previdência Privada.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo provisionado inclui o montante de R\$ 184 (2018 - R\$ 188) de causas cíveis oriundas da Cessão de carteira proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada.

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

	2019		2018	
	Valor	Número de casos	Valor	Número de casos
Saldo do início do período	1.307	1.338	1.307	1.338
Ações pagas no período	(1.482)	(1.276)	(1.482)	(1.276)
Novas constituições no período	2.012	1.254	2.012	1.254
Baixa da provisão por extinção	(397)	(92)	(397)	(92)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	30	11	30	11
Atualização monetária	15	72	15	72
Saldo final do período	<u>1.485</u>	<u>1.307</u>	<u>1.485</u>	<u>1.307</u>
Quantidade de ações pagas no período	82	99	82	99
Quantidade de ações novas no período	138	105	138	105

Fiscais

	2019	2018
Saldo do início do período	6	-
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	6
Saldo final do período	<u>6</u>	<u>6</u>

18 Patrimônio social**(a) Reservas patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva patrimonial é de R\$ 3.204 (2018 - R\$ 3.204).

(b) Reserva de contingências de benefícios

No exercício de 2019 foi realizada a constituição da reserva de contingência de benefícios no valor de R\$248, de acordo com a Circular nº517/15 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 1.785 (2018 - R\$ 1.537).

(c) Reserva de retenção de superávit

No exercício de 2019 foi realizada a constituição da reserva de retenção de superávit no valor de R\$2.447, de acordo com a Circular nº517/15 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 17.590 (2018 - R\$ 15.143).

19 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2019	2018
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(1.799)	(1.827)
Provisão matemática de benefícios concedidos	(466)	-
Variação de IBNR	(101)	(35)
	<u>(2.366)</u>	<u>(1.862)</u>
Custo de aquisição	(47)	(92)
Despesas de cobrança	(47)	(92)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (i)	511	577
Despesas judiciais	(1.483)	(1.070)
Constituição de contingências	(177)	(147)
Outras despesas operacionais	(2)	-
	<u>(1.151)</u>	<u>(640)</u>

(i) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 16).

	2019	2018
Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(4.076)	(4.702)
Despesas com localização e funcionamento	(850)	(758)
Despesas com publicação	(105)	(102)
Despesa com donativos e contribuições	(76)	(79)
Despesas judiciais	(266)	(228)
Despesas com multas	(58)	(146)
Outras despesas	-	(63)
	<u>(5.431)</u>	<u>(6.078)</u>

Despesas com tributos

	2019	2018
PIS	(39)	(31)
Taxa de fiscalização	(130)	(130)
IPTU	(23)	(16)
Outras	(1)	(1)
	<u>(193)</u>	<u>(178)</u>

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receitas com renda fixa	1.173	1.879
Reconhecimento de receitas (ii)	720	-
Receitas com créditos tributários	-	59
Receitas com depósitos judiciais	351	130
Receitas com juros contratuais	1.257	1.449
Outras receitas eventuais	132	2
	<u>3.633</u>	<u>3.519</u>

(ii) Refere-se a valores não identificados há mais de dois anos.

	2019	2018
Despesas financeiras		
Despesas com renda fixa	-	(506)
Reversão / constituição de provisões técnicas	441	(2.568)
Outras despesas	(44)	(37)
	<u>397</u>	<u>(3.111)</u>
Resultado financeiro	<u>4.030</u>	<u>408</u>

	2019	2018
Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Venda de imóveis - saldo residual (Nota 6 (g))	(15)	-
	<u>(15)</u>	<u>-</u>

20 Principais ramos de atuação

A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.

No exercício de 2019 o referido plano responde por aproximadamente 99% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 1% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2019	2018
Prêmio ganho	8.212	8.055
Sinistros ocorridos	2.366	1.862
% de Sinistralidade	28,81%	23,12%

Diretoria**Maria Marta Schneider Severo**

Diretora Presidente
CPF nº 346.146.800-20

Silvania de Souza Oliveira Soares

Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49

Antonio Túlio Lima Severo Jr

Diretor Adm. - Financeiro
CPF nº 456.467.670-91

Beatriz Varela Fernández

Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Vanessa Sorgato Kuyven

Atuária MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

 Parecer da auditoria atuarial independente

Aos Administradores do Sabemi Previdência Privada

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sabemi Previdência Privada - "Entidade", em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura

das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção, conforme definido no escopo da auditoria. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Sabemi Previdência Privada são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre (RS), 20 de fevereiro de 2020.

Luiz Ernesto Both - Atuário MIBA 425

ATUÁRIA BRASIL Assessoria,

Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 - Sede Própria:

Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Sabemi Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 25P000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador CRC 1PR-050377/O

BALANÇOS TÊM HORA CERTA PARA SEREM PUBLICADOS E JORNAIS CERTOS TAMBÉM.

O 2º CADERNO do Jornal do Comércio é o lugar certo para sua empresa publicar balanços, editais, atas, avisos, convocações, informes e comunicados aos acionistas. É um espaço focado em publicidade legal e fonte de diversos dados financeiros das principais empresas do Estado.



Faça contato conosco e consulte nossos preços especiais:

(51) 3213.1338 ou 3213.1333

comercial@jornaldocomercio.com.br ou agencias@jornaldocomercio.com.br